



CIDADE DE SÃO PAULO GESTÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo, CEP 01002-020, CNPJ Nº 46.395.000/0001-39

ATA SINTÉTICA DE MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO

NÍVEL BÁSICO (PCCS-NB) E NÍVEL MÉDIO (PCCS -NM)

ANO – 2019 – REUNIÃO 8

Aos quinze dias de outubro de dois mil e dezenove, às quinze horas, na sala de reuniões do secretariado do oitavo andar da sede da Prefeitura Municipal de São Paulo, no Viaduto do Chá, nº 15, foi realizada a oitava reunião da Mesa Setorial do Nível Básico e Médio do Quadro de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do ano de dois mil e dezenove, no intuito de dar continuidade a retomada das mesas de negociação do Sistema de Negociação Permanente (SINP), acordado no Protocolo de Negociação Nº 1/2019, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Fórum das Entidades Sindicais do SINP.

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da administração municipal de São Paulo:

- . MALDE VILAS BOAS, secretária da Secretaria Municipal de Gestão;
- . CLEIDE BAUAB, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Gestão;
- . WALDIR AGNELLO, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Gestão;
- . CLARISSE DE ALMEIDA, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho;

- CLAUDIA DE CRESCENZO, coordenadora da Mesa Setorial da Saúde;
- NATHALIA VIEIRA, estagiária da Assessoria de Relações de Trabalho;
- PEDRO LAHOS, estagiário da Assessoria de Relações de Trabalho.

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes das entidades sindicais:

JOSÉ ACIOLI, representante da Associação dos Escrivários Municipais de São Paulo - AEMSP; OSVALDO VAZÃO, representante da Associação dos Escrivários Municipais de São Paulo - AEMSP; MARIA GORETI, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; ROSELITO MANGABEIRA, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; MARGARIDA GENOFRE, representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - APROFEM; MARCIA DE OLIVEIRA, representante da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores do Município de São Paulo - FASP; DJALMA PRADO, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP; VLAMIR LIMA, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP; SÉRGIO ANTIQUEIRA, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP.

- **Pautas:**

Continuidade das mesas de negociações, com apresentação das Entidades Sindicais de uma Contraproposta acerca das reestruturações referentes aos Quadros de Nível Básico e Médio.

- **A Secretária Municipal de Gestão, Malde Vilas Boas, dá abertura a oitava Mesa Setorial de Negociação do Nível Básico e Médio:**

Iniciada a sessão, a Secretária de Gestão, Malde Vilas Boas diz ter ficado incomodada com as paralisações de unidades e praças de atendimento, como ocorrera mais cedo na Praça da Fazenda, visto que as negociações não cessaram, ao contrário, a Secretaria Municipal de Gestão sempre se mostrou aberta ao diálogo com as entidades de classe. Para além, adverte que a população acaba sendo afetada com ações como essa e não é a intenção nem da Administração Pública como das entidades que os munícipes sejam prejudicados. No mais,

paralisações acabam dificultando internamente as negociações para com outras secretarias da Prefeitura.

Sérgio Antiqueira (SINDSEP) coloca que as entidades não estão “esgarçando” suas respectivas ferramentas de luta, como as paralisações e greves. Explica, também, o fato da contraproposta ser apresentada no presente momento. Apesar de terem realizado a Assembleia no dia 04/10 para formular uma proposta, chegaram várias propostas diferentes e não houve um comum acordo que contemplasse todas as entidades e servidores. Assim, posteriormente, realizaram reuniões de comando a fim de unificar a contraproposta.

Em seguida, Sérgio Antiqueira (SINDSEP) inicia a apresentação da Contraproposta. A primeira parte da apresentação traz os princípios utilizados na construção, sendo eles: 1) Elaboração de uma proposta que não exclua 60% dos servidores, os quais não teriam qualquer acréscimo nas suas remunerações, e sim valorize a todos os servidores, seja da administração direta ou indireta, ativos ou aposentados, efetivos ou admitidos; 2) Garantia de que se cumpra o compromisso dos valores de abono assumidos pela gestão em março, de forma incorporada às remunerações; 3) Manter as proporções salariais entre o nível básico e médio atuais e retomar as proporções entre o nível médio e o nível universitário, antes dos subsídios; 4) Garantir o índice de crescimento nas carreiras entre a primeira e a última referência existentes nas carreiras atuais; 5) Ampliar o orçamento destinado aos Níveis Básico e Médio, uma vez que segundo o demonstrativo de despesa com pessoal de set/18 a ago/19 da Prefeitura, 36,9% da Receita Corrente Líquida foi utilizada na Despesa com Pessoal, valor bem abaixo do limite prudencial previsto em 57% da Receita Corrente Líquida.

A segunda parte da apresentação fora exibido as premissas, sendo elas: 1) Reestruturação em 3 etapas; 2) Enquadramento inicial na primeira etapa em 1º de maio de 2019, com possibilidade de reenquadramento por titulação a qualquer momento após o enquadramento inicial; 3) Aplicação de incorporação de ganhos nominais de 200 a 300 reais para o Nível Básico e Nível Médio, respectivamente na segunda etapa a partir de 1º de outubro de 2019; 4) Aplicação de reajuste de 10,29% na terceira etapa a partir de 1º de maio de 2020; 5) Valorização de titulação superior à exigida pela carreira; 6) Valorização da experiência em cargos e funções incorporadas.

Em seguida, foram apresentadas as configurações: 1) Modelo de subsídio; 2) 13 referências e 2 níveis para o Nível Básico, sendo o Nível 1, do B1 ao B8 e o Nível 2, do B9 ao B13, considerando-se para os atuais servidores no B5, B6, B7 e B8 já adquiridos os critérios para mudança de nível no B8; 3) 18 referências e 3 níveis para o Nível Médio, sendo o Nível 1, do M1 ao M10, o Nível 2, do M11 ao M16 e o Nível 3 do M17 ao M18; 4) 1 ano e meio para progressão e promoção, resultando qm 19 anos e meio para o Nível Básico alcançar a última referência e 27 anos para o Nível Médio; 5) Admitidos integrados no B8 e M10; 6) Reenquadramento em Grau 2, após enquadramento inicial, mediante apresentação a qualquer tempo de titulação mínima de nível médio para o Nível Básico e mínima de nível universitário, inclusive de tecnólogo, para o Nível Médio, mesmo obtidas antes do ingresso na carreira, sem obrigatoriedade de correlação de formação e função, inclusive para aposentados, e também reenquadramento também no Grau 2 para os servidores que tenham incorporado cargo ou função, inclusive para aposentados; 7) Reenquadramento na referência seguinte após enquadramento inicial, para quem acumular título e incorporação de cargo ou função, e para os que permaneceram mais de 2 anos na referência atual, inclusive para aposentados; 8) Garantia das progressões em junho na nova carreira para os que cumpriram as condições na carreira antiga até 31/12/2018; após o enquadramento em maio de 2019; 9) Abertura permanente de opção, para os não-optantes do PCCS-NB e NM integrarem na nova carreira; 10) Integração linear; 11) Estender a GAP para os servidores hoje excluídos no Nível Básico e nas autarquias; 12) Aumento de 10 salários mínimos o limite para percepção do Vale Alimentação. Por fim foram apresentados os efeitos da contraproposta: 1) Se a conversão do padrão de vencimentos ao subsídio acarretar em valor menor de remuneração ao servidor, será resguardado o princípio da irredutibilidade de remuneração determinada constitucionalmente para os servidores públicos, sendo concedido um Subsídio Complementar; 2) Em 2020, os servidores ativos já teriam a primeira progressão na nova carreira proposta.

Malde Vilas Boas informa que a proposta traz uma série de itens que não haviam sido apresentados anteriormente nas Mesas de Negociação, cabendo assim, uma análise rigorosa do Governo. Faz-se necessário que essas respostas sejam dadas em um próximo encontro, agendada para a semana do dia 29/10, caso a Gestão tenha alguma dúvida, entraremos em contato com as entidades sindicais.

Margarida Genofre (APROFEM) enfatiza que a contraproposta foi construída com ferramentas já existentes no funcionalismo público, tentando agregar as melhores ações implementadas. Vale ressaltar da contraposta que as entidades sindicais e os servidores abriram mão do padrão de vencimentos, modelo este muito caro ao funcionalismo público.

Márcia de Oliveira (FASP) parabeniza os outros representantes de associações e entidades sindicais, pelo processo de aprendizagem, havendo uma grande evolução no diálogo e construção conjunta de um projeto. Em seguida, coloca que todos os servidores, sem exceção, são informados do processo de negociação com transparência total. Enfatiza que a construção da contraproposta, assim como disse a Margarida, passou por uma seleção das melhores práticas nos quadros e reestruturações já existentes. E, por fim, pondera que a contraproposta das entidades sindicais tem uma adesão de mais de 90% dos Quadros de Nível Básico e Médio, tornando-se uma reestruturação bem sucedida, ainda mais com o apoio das entidades representativas, tornaria o processo histórico na Prefeitura Municipal de São Paulo.

Maria Goreti (AMAASP) coloca que, além das entidades, os AGPPs ajudaram diretamente no processo de criação da proposta, sendo esta contraproposta uma construção participativa e democrática, ou seja, o próprio funcionalismo público apoiaria o projeto de reestruturação.

Clarisse de Almeida, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho, pediu as entidades sindicais um detalhamento metodológico sobre o índice de adesão à proposta e o impacto financeiro-orçamentário previsto pelas entidades.

Malde Vilas Boas diz ter ciência das dificuldades que as entidades têm para precisar o impacto financeiro da contraproposta, visto que os dados pertinentes para essa análise estão sob a alçada da Prefeitura, mas é importante para saber a quantia que as entidades estipulam ser e quanto realmente é. Em seguida, coloca que a discussão das premissas é possível que se faça uma prévia, entretanto, faz-se necessário um estudo legislativo a respeito. Aponta que, apesar das entidades colocarem que apresentou apontamentos realizados nas reestruturações anteriores, é importante ver o cenário em que elas foram implementadas, como por exemplo, a situação orçamentária da Prefeitura Municipal de São Paulo. Por fim, enfatiza o comprometimento da Gestão na escuta às entidades sindicais, entretanto, há uma limitação orçamentária de R\$ 100 milhões para as reestruturações do Nível Básico e Médio, assim, temos que ter como norte este impacto financeiro-orçamentário nas nossas propostas.

Sérgio Antiqueira (SINDSEP) coloca que todas as entidades sindicais estão abertas ao diálogo também, porém, aponta que há chefias locais que estão se excedendo em suas funções, chegando a ameaçar servidores públicos. Reforça, por fim, que sabe que essas ações não são fomentadas pela Secretaria Municipal de Gestão.

Malde Vilas Boas reforça que não há orientação nem para “a” quanto para “b” e se coloca a disposição para sanar quaisquer abusos de autoridade que por infortúnio possam vir a ocorrer.

Waldir Agnello pede que as entidades sindicais firmem o compromisso de não fechar mais praças de atendimento, visto que estamos em meio a negociações de reestruturação dos níveis básico e médio.

Sérgio Antiqueira (SINDSEP) coloca que o SINDSEP de nenhuma forma tem como política fechar portas de praças de atendimento. No caso do fechamento da Fazenda que ocorreu hoje de manhã, enfatiza que foi fruto da animação de alguns servidores públicos, mas não houve orientação de qualquer sindicato nesta ação.

A Secretária Malde encerra a Mesa de Negociação ponderando as questões levantadas por Clarisse de Almeida como tarefa às entidades sindicais e que em breve, a Assessora de Relações de Trabalho irá entrar em contato para marcar a próxima Mesa, com o retorno da Gestão quanto a contraproposta dos sindicatos e associações.

- **Encaminhamentos Finais:**

Estudo, por parte da Secretaria Municipal de Gestão, da contraproposta feita pelas entidades sindicais; Apresentação de notas metodológicas no que tange a adesão da proposta feita pelos sindicatos e associações e o impacto financeiro-orçamentário da contraproposta, tanto pelas entidades, como pela Gestão.